

## PERFIL SOCIOECONÔMICO E ENADE: QUEM SÃO OS ESTUDANTES DE HISTÓRIA DA UFRPE?

SOCIOECONOMIC PROFILE AND ENADE: WHO ARE THE HISTORY STUDENTS AT UFRPE?

Joyce Maria de Melo<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-4468-3275>

Maria Fernanda dos Santos Alencar<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-1140-324>

Emanuela Sousa Ribeiro<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-8105-6801>

### Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar o perfil socioeconômico dos estudantes concluintes do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, estabelecendo um diálogo com os resultados das edições dos Enades de 2005 a 2017. Estudo de natureza qualitativa, de caráter descritivo, fez uso do levantamento de dados quantitativos, extraídos do Questionário do Estudante do Enade. Na fundamentação teórica, foram acolhidas as contribuições de Abreu, Ximenes (2020) e Cabral (2017) para a discussão sobre cotas; Wainer e Melguizo(2018); Ristoff (2016) e Dentz; Sato e Valle (2019) sobre o Enade; Santos (2013) sobre a relação das cotas com a permanência dos estudantes no ensino superior. Observou-se que os elementos trazidos pelo Enade constataam o êxito das iniciativas de inclusão de forma positiva e gradativa sobre a permanência dos graduandos mediante a implementação do sistema de cotas que favoreceu o acesso dos estudantes ao nível superior.

**Palavras-chave:** Ensino Superior; Enade; Cotas; Permanência.

### Abstract:

This article aims to present the socioeconomic profile of students graduating from the Degree in History at the Federal Rural University of Pernambuco, establishing a dialogue with the results

<sup>1</sup> Técnico administrativo da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal de Pernambuco. Recife/Pernambuco, Brasil.

<sup>2</sup> Professora adjunto do Núcleo de Formação Docente-Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco e do Mestrado Profissional em Gestão Pública da Universidade Federal de Pernambuco (CCSA/UFPE). Recife/Pernambuco, Brasil.

<sup>3</sup> Professora Associada do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco e do Mestrado Profissional em Gestão Pública da Universidade Federal de Pernambuco. Recife/Pernambuco, Brasil.

of the Enades editions from 2005 to 2017. use of quantitative data collection, extracted from the Enade Student Questionnaire. In the theoretical foundation, the contributions of Abreu, Ximenes (2020) and Cabral (2017) were accepted for the discussion on quotas; Wainer and Melguizo (2018); Ristoff (2016) and Dentz; Sato and Valle (2019) on Enade; Santos (2013) on the relationship between quotas and students' permanence in higher education. It was observed that the elements brought by Enade confirm the success of inclusion initiatives in a positive and gradual way on the permanence of undergraduates through the implementation of the quota system that favored the access of students to higher education.

**Keywords:** University education; Enade; Quotas; Permanence.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de uma pesquisa dissertativa que teve como objetivo analisar de que forma foram/são utilizados os resultados das avaliações do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) de 2005 a 2017, da Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), pela gestão acadêmica do referido curso. Para este artigo, optou-se por fazer um recorte, de forma específica, dos resultados que apontam o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes concluintes do curso de História da UFRPE, buscando estabelecer o diálogo com a política de cotas e dessa forma ampliar as análises e olhares sobre quem são os estudantes e como se desenvolvem no percurso dos seus processos de formação.

A ampliação da democratização do acesso ao Ensino Superior público no Brasil deu-se, em parte, pela otimização das políticas de ações afirmativas alicerçadas no sistema de cotas por meio da Lei 12.711/2012, conhecida como Lei das cotas. Este cenário possibilitou não apenas o acesso, mas também a permanência de estudantes indígenas, pobres, pretos e pessoas com deficiência nas universidades brasileiras (ABREU; XIMENES, 2020).

Neste contexto, as ações afirmativas têm por objetivo atenuar injustiças às camadas desfavorecidas, possibilitando o crescimento do acesso ao nível superior e o aumento da renda, impulsionando “um novo perfil do estudante do Ensino Superior público” (CABRAL, 2017, p. 4).

Esta nova realidade fez surgir estudos relativos à influência das políticas de cotas na vida dos estudantes universitários, além de um olhar sobre o rendimento acadêmico e os perfis dos estudantes acolhidos pela Lei 12.711/2012. Para essa finalidade, o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE), que faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tornou-se um instrumento importante para o conhecimento e análise dos perfis, do rendimento acadêmico e também para que estudantes e professores obtenham referências sobre as condições dos cursos de graduação e das respectivas Instituições de Ensino Superior (IES), a qual pertencem (VALLUIS, 2014).

Dentre os estudos, com uso dos resultados do Enade, situamos os de Wainer e Melguizo (2018). Esses autores utilizaram os Enades de 2012 a 2014 objetivando comparar os resultados do desempenho de estudantes com ingresso no ensino superior via cotas, Programa Universidade

Para Todos (Prouni)<sup>4</sup> e o Financiamento Estudantil do Ensino Superior (FIES)<sup>5</sup> com as notas de quem não obteve o benefício correspondente. O resultado do trabalho apontou que: 1) estudantes cotistas e do Fies tiveram desempenho equivalentes ao de seus colegas de classe não cotistas; 2) os estudantes com bolsa do ProUni tiveram desempenho superior aos dos colegas de classe (WAINER; MELGUIZO, 2018).

Em outro estudo, Ristoff (2016), com uso dos dados do Enade e de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), traçou o perfil do estudante de graduação, considerando algumas categorias para a sua análise: “renda familiar, origem escolar (se pública ou privada), a raça/cor dos estudantes, escolaridade dos pais e a condição do estudante trabalhador” (LÁZARO, 2016, p. 3).

Os resultados da pesquisa de Ristoff (2016) apontam que as políticas de afirmação desenvolvidas no Brasil são positivas. Entretanto, Lazaro (2016) explica que para que se galgue de forma efetiva essa positividade deve ser levada em consideração “as desigualdades que marcam o ponto de partida.” (LAZARO, 2016, p.3).

Para Abreu e Ximenes (2020), há de pensar na permanência desses estudantes no ensino superior. Esses autores entendem a permanência dos estudantes considerando os aspectos da transformação e do tempo de duração, o que traz implicações em relação às particularidades e ao que representa na vida dos estudantes de segmentos outrora excluídos do ensino superior. São constatações importantes que norteiam interesses no estudo e no papel dos resultados dos Enades a partir de uma política de inclusão para um grupo historicamente excluído do ensino superior, considerando os perfis dos estudantes, as condições do processo de escolarização e os critérios de acesso.

Nesta perspectiva, este texto tem como base os resultados das avaliações do Enade decorrentes dos relatórios de curso dos anos de 2005, 2008, 2011, 2014 e 2017 do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), campus sede (Recife), obtidos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), e a partir de um olhar sobre esses dados conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes concluintes do curso de História da UFRPE. Neste sentido, compreendemos que estudar os resultados do Enade pode sinalizar para um conjunto de informações pertinentes à inclusão social, podendo favorecer ao conhecimento de quem são os estudantes dos cursos de graduação, bem como para a melhoria da educação superior em relação à formulação de políticas públicas.

## **A POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA E O ENADE: DISPOSITIVOS PARA A AFIRMAÇÃO DOS SUJEITOS DE DIREITO**

A adoção da política de ações afirmativas para estudantes provenientes de escola pública para as instituições de ensino superior, conforme Art. 3º da Lei 12.711/2012, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência (BRASIL, 2012), foi alvo de discussão na comunidade científica e em veículos midiáticos. Apesar de receber críticas, destaca-se a

<sup>4</sup> O Prouni surge com a Lei nº 11.096/2005. O seu objetivo é democratizar o acesso ao ensino superior por meio da concessão de bolsas parciais ou integrais a estudantes em instituições privadas.

<sup>5</sup> Criado pela Lei 10.260/2001, tem por finalidade garantir possibilidade de acesso ao ensino superior por meio do financiamento em instituições privadas.

importância desse instrumento como propulsor de inclusão social aos segmentos minoritários com vistas à construção de uma sociedade justa e democrática favorecendo o acesso às universidades públicas por segmentos menos favorecidos.

Para Dentz; Sato e Valle (2019), a afirmação da política de cotas ainda se configura por conflitos porque traz em seu bojo o acesso ao ensino superior como privilégio de poucos, observando-se “o esforço das elites para que assim permanecesse, [...] sobretudo no que diz respeito à democratização do acesso das camadas sociais menos favorecidas à educação superior[...] sobretudo, os excluídos por questões étnicas/raciais, como negros e indígenas” (DENTZ; SATO; VALLE, 2019, p.3).

No debate sobre cotas, além da baixa expectativa veiculada na mídia, muitos apontavam que “a reserva de vagas para negros e oriundos de escolas públicas determinaria um rebaixamento da qualidade do ensino superior, por fazer ingressar na universidade estudantes com baixo desempenho escolar” (SANTOS; QUEIROZ, 2013, p.54). Para os autores, ao analisar uma Instituição Federal, depois da implantação do sistema de cotas, houve alteração expressiva e positiva no ponto de corte das notas do vestibular. Quanto ao acesso à universidade, Silveira; Silveira e Messias (2013, p. 200) pontuam que não há relação com “as dificuldades de aprendizagem, o que implica em dizer que a meritocracia baseada em uma classificação de desempenho no vestibular não avalia condição de estar na universidade”.

Para Santos e Queiros (2013, p. 65), esse cenário, demonstra “o caráter tendencioso, não analítico e meramente opinativo do que se veiculou na mídia e em artigos de vários intelectuais”. Observa-se a internalização de uma cultura autoritária na sociedade brasileira, resultado de um passado de colonização escravocrata, no qual o direito

[...] serviu como um forte instrumento de vigília e punição das populações vulneráveis, sobretudo, índios e negros. Daí decorreria a dificuldade em enxergar tais grupos como sujeitos de direito, bem como as desigualdades raciais presentes nos sistemas de ensino (SANTOS; QUEIROZ, 2013, p. 65).

Muitos encontram dificuldades para ingressar nas universidades, situação que ainda persiste no cenário social e educacional brasileiro. As reivindicações para que todos possam atingir os níveis mais elevados de formação, ou mesmo prolongar os anos de estudo, fazem parte da pauta de reivindicação do movimento negro, dos movimentos sociais que atuam no campo brasileiro como os povos indígenas, população cigana, população quilombola e trabalhadores da agricultura família e de parte da sociedade civil.

Para dar enfrentamento a essas demandas, a chamada “Lei de Cotas”, Lei Federal nº 12.711/2012, foi aprovada pela Presidenta Dilma Rousseff, com porcentagem de reserva de vagas na educação superior, ampliando as possibilidades de acesso às universidades. Santos (2013, p. 9) enfatiza que “a Lei 12.711 uniformizou decisões variadas em mais de cinquenta instituições federais (IF) que, desde 2004, adotaram sistemas de cotas para estudantes oriundos do sistema público de ensino, negros e indígenas”. A partir de 2013, todas as IFEs teriam que se adequar às exigências do Ministério da Educação num período de 4 anos. Em 2011, 70% das instituições públicas de educação superior do país, já adotavam alguma forma de política afirmativa.

É reconhecido que a luta pelo acesso se pauta pela implantação da política de cotas, mas deve ser ampliada por outras políticas que possibilitem atingir ao objetivo principal: a conclusão do processo de formação. Sobre este aspecto, o estudo desenvolvido por Santos (2013, p.12) destaca que a permanência em instituições públicas é um dos fatores que ainda se mantém problemático “na adoção de sistemas voltados para a inclusão de indivíduos oriundos de populações subrepresentadas e pertencentes a extratos sociais de renda mais baixa”.

Para Ristoff (2016), a realidade dos estudantes das Licenciaturas assemelha-se, no quesito socioeconômico, à desigualdade social presente na vida da maioria da população brasileira. Neste contexto, o autor indica o questionário socioeconômico do Enade como importante fonte de dados com o intuito de relacionar tais informações.

O Enade é um instrumento de avaliação criado pela Lei 10.861 de 2004, junto com o Sistema Nacional de Avaliação Superior. Esta legislação envolve as diretrizes e definições gerais acerca do Enade, especificando que terá como objetivo o acompanhamento do desempenho no componente de Formação Geral e no de Conhecimentos Específicos, fornecendo ainda o Questionário do Estudante, o qual possibilita conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes concluintes. O Art. 5º da Lei 10.861/2005 ainda estabelece o Enade como componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, abrangendo os estudantes ingressantes e concluintes, acrescentando que os estudantes que não realizam o preenchimento do questionário para levantamento do perfil socioeconômico e acadêmico são considerados irregulares, ocasionando o registro, no histórico escolar, da situação de regularidade em relação à obrigação de participação. Já os estudantes concluintes que não justificaram ou não foram dispensados, não poderão colar grau e, em consequência, as IES não poderão expedir diploma. Além da Lei 10.861/04, o Enade também é regulamentado pela Portaria Normativa Nº 840, de 24 de agosto de 2018, republicada em 31 de agosto de 2018. Esta dispõe sobre os procedimentos de competência do INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes (BRASIL, 2018).

Outras pesquisas, além das de Ristoff (2016), analisam a importância do Enade. Dentre elas destacamos duas, a de Griboski (2012) que salienta a importância das avaliações do Enade considerando que fornecem subsídios para o redirecionamento das ações das IES, bem como serem concebidas como instrumentos de planejamento de práticas educacionais. Acrescenta esse autor que os relatórios resultantes da participação do estudante no Enade trazem informações sobre os cursos, servindo como objeto de reflexão para coordenadores e docentes. A segunda pesquisa é a de Freitas (2016). Esta destaca que, apesar de os relatórios do Enade fornecer dados quantitativos, podem ser pensados de forma qualitativa e vislumbrados de maneira estratégica, com o objetivo de refletir sobre ações educacionais para a melhoria do rendimento de alunos e professores, assim como da qualidade dos cursos de graduação e das IES.

No entanto, mesmo diante das considerações da importância do Enade para a gestão da educação superior, outros autores apresentam críticas considerando ser um processo de avaliação em larga escala em atendimento de demandas de organismos internacionais. Assim, Afonso (2009) explica que o contexto neoconservador e neoliberal em que as avaliações em larga escala são implementadas fortalecem o papel do Estado como ‘Estado Avaliador’, apontando duas perspectivas para esse papel do Estado: a da necessidade de resultados para a instituição de

políticas e do produto (resultado) se sobrepõem ao processo (a finalidade das avaliações). Aragão e Bertagna (2012, p. 242) analisam que não podemos perder de vista que esses instrumentos de avaliação surgem como avaliação em larga escala no atendimento à intervenção dos Organismos Internacionais, como por exemplo, o Banco Mundial, uma vez que busca a disseminação da perspectiva neoliberal, exercendo “[...] um papel central no processo de globalização e na expansão do capitalismo”. Feldmann e Souza (2016) expõem que, com a criação do SINAES, houve o deslocamento de um estado executor para um estado regulador, relacionando-se com a função de fiscalização do Estado.

No cenário de rápidas e profundas transformações de crise orçamentária acrescenta-se, nesse contexto, as crises políticas que buscam destruir o papel formador da educação superior, ensejando desafios a serem enfrentados. E neste sentido, Dias Sobrinho (2010, p. 196) considera que

A avaliação é a ferramenta principal da organização e implementação das reformas educacionais. Produz mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social. Enfim, tem a ver com as transformações desejadas não somente para a educação superior propriamente dita, mas para a sociedade, em geral, do presente e do futuro (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 195).

Neste sentido, observam-se pertinentes para estudo as análises em função do papel do Enade como um processo de avaliação de larga escala no atendimento às perspectivas do atendimento às instituições internacionais no contexto da política neoliberal, mas que também, por outro lado, pode ser orientador de ações pedagógicas e administrativas, no âmbito das IES e dos cursos, bem como de conhecimento sobre quem são os estudantes e quais suas demandas em prol, não apenas do acesso, mas o da permanência em seus processos de formação.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa de natureza descritiva e documental foi realizada no intuito de levantar os resultados dos cinco ciclos avaliativos do Enade<sup>6</sup> provenientes dos relatórios de curso dos anos de 2005, 2008, 2011, 2014 e 2017 do curso de Licenciatura em História. Utilizou-se de dados secundários, tendo por base os dados já existentes para a interpretação do objeto de estudo, obtidos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). A coleta de dados realizada por meio do Questionário do Estudante, disponível no site do INEP, objetivou o levantamento do perfil socioeconômico dos concluintes do curso de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), observadas as seguintes dimensões/categorias: cor/raça; ocupação; escolaridade dos pais; tipo de escola e renda familiar. Para a análise das informações, fez-se uso de tabelas para algumas das dimensões/categorias estudadas.

Optou-se por estudar a Licenciatura em História da UFRPE: 1) como forma de aprofundar suas singularidades e contribuir para o conhecimento sobre o perfil dos estudantes; 2)

<sup>6</sup> Em geral, o ENADE é regulamentado por uma portaria normativa correspondente ao ano de aplicação e estabelecida pelo MEC que dispõe sobre as graduações que serão avaliadas. 2005: portaria nº 2.205, de 22 de junho de 2005; • 2008: portaria nº 3, de 1º de abril de 2008; • 2011: portaria nº 8, de 15 de abril de 2011; • 2014: portaria nº 233, de 2 de junho de 2014; • 2017: portaria nº 08, de 26 de abril de 2017.

por ser o ambiente de trabalho da pesquisadora, enquanto servidora pública;3) por ouvir relatos de discentes de que não compreendiam a importância e o objetivo do Enade para a melhoria do curso e do ensino e o verem apenas como uma obrigação a ser cumprida para fins de colação de grau e/ou para se atender às exigências de integralização (conclusão) do curso.

Por outro lado, a UFRPE apresenta um destaque no que se refere aos cursos voltados à formação de docentes para a Educação Básica no estado de Pernambuco. Ao todo são 21 licenciaturas, aproximadamente 38% dos cursos de graduação. Neste conjunto, situa-se o curso de Licenciatura em História, na modalidade presencial; considerando-se, desta forma, aspectos relevantes como o da IES estudada ser de caráter público, oriunda da implementação de políticas públicas educacionais que fornecem aos seus estudantes determinados direitos como gratuidade<sup>7</sup> do serviço e por zelar por uma educação de qualidade<sup>8</sup>.

### **PERFIL SOCIOECONÔMICO: O QUE OS ENADES DIZEM SOBRE QUEM SÃO OS ESTUDANTES**

Em 2005, o curso de Licenciatura em História (UFRPE) passou pela primeira avaliação do ENADE. Desde então ocorreram mais 4 avaliações em ciclos trienais nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017. São as respostas dos estudantes ao questionário das versões desses Enades que foram analisadas, considerando as dimensões cor/raça; ocupação; escolaridade dos pais; tipo de escola e renda familiar. O diálogo com as políticas de ações afirmativas, no que se refere às cotas, será visualizado a partir dos Enades de 2014 e 2017 porque foi pós-implantação da Lei nº 12.711/2012.

O Questionário do Estudante, preenchido na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), permite conhecer o perfil socioeconômico, foco deste estudo, e cultural dos estudantes concluintes, bem como a percepção sobre o ambiente de ensino e aprendizagem e sobre a organização do curso, do currículo e da atividade docente.

A primeira dimensão diz respeito à autodenominação em relação à cor/raça. A primeira observação é que os questionários dos Enades de 2005, 2008 e 2011 não apresentam resultados considerados para as classificações amarelo (oriental) e indígena, constando a partir de 2014. Em 2014, a autodeclaração de amarelo(oriental) apresenta um percentual de 0,6% e 2017 1,9%. Quanto à indígena nos Enades 2014 e 2017, se autodeclaram 1,9%, conforme tabela 1.

<sup>7</sup> “As IES públicas federais são mantidas pelo governo federal. O ensino é totalmente gratuito e apenas 3,5% do orçamento global dessas instituições são constituídos por recursos diretamente arrecadados. O financiamento provém do Fundo Público Federal que reúne os recursos financeiros arrecadados da população mediante tributos – impostos, taxas e contribuições”. (BRASIL, MEC, 2013).

<sup>8</sup>De acordo com as diretrizes previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRPE (2013-2020) para o Ensino Médio, Técnico, de graduação e pós-graduação, na modalidade presencial e a distância; a educação de qualidade é um dos objetivos da UFRPE.

**Tabela 1** – Médias dos concluintes de Licenciatura em História de acordo com a autodeclaração de cor/raça no questionário do estudante (2005 a 2017)

ENADE	2005		2008		2011		2014		2017	
	Médias	%	Médias	%	Médias	%	Médias	%	Médias	%
Branco	-	40	-	40	19	30,2	43,8	36,5	52,5	32,7
Negro	-	20	-	20	7,6	24,5	51,3	13,5	56	25
Pardo/Mulato	-	40	-	40	24,4	43,4	46,8	47,4	49,2	30,8
Amarelo (oriental)	-	-	-	-	-	-	30,3	0,6	46	1,9
Indígena	-	-	-	-	-	-	41	1,9	32,3	1,9

Fonte: Relatórios de cursos dos ENADES (2005 a 2017). INEP/DAES (2018). Elaborado pela autora.

Explica-se que os termos ‘negro’ e ‘pardo/mulato’ utilizados na tabela são os utilizados no Questionário do Estudante dos Enades analisados. Há nos questionários do Enade a seguinte pergunta: “Como você se considera? (A) Branco(a). (B) Negro(a). (C) Pardo(a) / mulato(a). (D) Amarelo(a) (de origem oriental). (E) Indígena ou de origem indígena” (INEP, 2005-2017). A lei 12.711/12, em seu Art. 3º, faz uso dos termos “pretos, pardos e indígenas” (BRASIL, 2012) o que não é considerado pelo INEP no Questionários do Enade.

A Tabela 1 aponta que, de acordo com a declaração de cor e raça, os maiores percentuais dos que responderam eram de brancos (40) e pardos (40), depois dos que se autodenominaram negros (20). Os dados foram semelhantes na edição de 2008.

No Enade 2011, a nota média (24,4) maior foi dos estudantes que se denominaram pardos/mulatos em relação à dos brancos (19) e dos negros (7,6). Quanto à quantidade de pessoas, havia mais concluintes pardos (43,4); seguidos dos brancos (30,2) e depois negros (24,5).

Nos Enades 2014 e 2017, a maioria dos concluintes se classificou como negros e a nota média deste segmento foi a maior em relação aos outros. Essa nova realidade se configura como indicativo da presença da Lei de cotas que adentra nas universidades e traz a afirmação de uma identidade silenciada e invisibilizada, alterando o perfil de acesso e de permanência nos cursos de IES pública e também privada.

Em separado, iremos abordar os resultados do Enade 2014 porque a resposta dos concluintes ao questionário do estudante, a partir desta edição, trouxe informações referentes à região nordeste o que permitiu a comparação entre o curso na UFRPE, no Nordeste e no Brasil.

**Tabela 2** – Médias dos Concluintes de Licenciatura em História de acordo com a autodeclaração de cor/raça no questionário do estudante do ENADE 2014

ENADE 2014						
Médias dos Concluintes de Licenciatura em História						
Classificação cor/raça	UFRPE	%	Região NE	%	Brasil	%
Branco	43,8	37	39,7	24,2	42,3	42,2
Negro	51,3	14	38,7	23,5	38,5	16,4
Pardo/Mulato	46,8	47	37,8	49,9	38,8	39,1
Amarelo (oriental)	30,3	0,6	35,2	0,9	35,3	0,8
Indígena	41	1,9	35,6	1,5	38,3	1,5

Fonte: Relatórios de curso do ENADE 2014. INEP/DAES (2018). Elaborado pela autora.

Nota-se que a nota média maior (51,3) foi dos concluintes de Licenciatura em História autodenominados negros em relação aos outros estudantes do mesmo curso, e também se sobressaiu quanto às médias na região nordeste (38,7) e no Brasil (38,5).

A tabela 2 também indica a nota média obtida e a representatividade do percentual dos participantes, ou seja, o percentual de concluintes segundo a raça/cor. Observamos nessa dimensão que, apesar da nota média dos concluintes negros ter sido maior na Licenciatura em História (UFRPE), ainda representa um número menor de pessoas quando comparado ao percentual de concluintes pardos/mulatos e brancos.

Em 2017, a nota média dos concluintes de Licenciatura em História (UFRPE) autodenominados negros também é maior em relação aos dos brancos, pardos/mulatos, amarelos e indígenas. Há o aumento no percentual de participação de pessoas negras (2014 – 14%; 2017-25%) e uma redução na autodeclaração de pessoas pardas/mulatas (2014-47%; 2017-30,8%). Ou seja, há uma assunção dos estudantes entrevistados, de modo espontâneo, a escolherem a sua categoria de identificação étnico-racial, estabelecendo a sua autoidentificação.

**Tabela 3** – Médias dos Concluintes de Licenciatura em História de acordo com a autodeclaração de cor/raça no questionário do estudante do ENADE 2017

ENADE 2017						
Médias dos Concluintes de Licenciatura em História						
Classificação cor/raça	UFRPE	%	Região NE	%	Brasil	%
Branco	52,5	32,7	43,7	24,7	45,6	43,4
Negro	56	25	40,7	24,8	41,7	15,5
Pardo/Mulato	49,2	30,8	40,8	43,1	41,9	33,9
Amarelo (oriental)	46	1,9	40,7	2,2	41,3	1,6
Indígena	32,3	1,9	40,5	0,8	37,8	0,7

Fonte: Relatórios de curso do ENADE 2017. INEP/DAES (2018). Elaborado pela autora.

Denotamos que é positiva a ilustração por meio dos dados da nota média dos concluintes negros terem sido maior (56), embora representem um número menor de pessoas quando comparados ao percentual de concluintes brancos. Em ordem de quantidade, no Enade 2017, os brancos foram maioria (32,7%); em segundo, os pardos/mulatos (30,8%); em terceiro, os negros (25%); em último, estão os amarelos (orientais) e os indígenas, ambos 2014 e 2017 com a representação de 1,9% de estudantes concluintes.

Entende-se que os autodeclarados negros ou pardos ainda são os mais prejudicados quando se trata de níveis de escolaridade. Segundo Alencar (2018, p. 106),

As pessoas atingidas pela desigualdade do direito pleno à educação ainda são as pessoas pretas ou pardas (9,9%), correspondendo ao dobro de brancas (4,2%). Essas informações ratificam a exclusão de pessoas pretas ou pardas das políticas públicas educacionais, prejudicando-as e impedindo-as de acessar outros bens culturais necessários à cidadania e à dignidade humana.

Para Cordeiro (2013, p.33), os autodenominados negros, na condição de cotista, ao ingressarem em uma universidade pública enxergam essa como “uma vitória pessoal contra todo um sistema de ensino que nunca os considerou, a não ser como objeto de pesquisa e toda uma sociedade que os invisibiliza cotidianamente”.

Observa-se que, no Brasil, apesar da universalização do acesso ao nível de ensino fundamental, a continuidade dos estudos no ensino médio (última etapa da educação básica) e superior, é desafiante.

As grandes disparidades nas redes de ensino, nas estruturas físicas das escolas, na formação do corpo professoral e na oferta de vagas são alguns dos fatores que influenciam (positiva ou negativamente) na democratização do acesso e prolongamento dos estudos no sistema de educação superior brasileira. [...] quanto maior a democratização do sistema de ensino como um todo, maior será a democratização do acesso ao nível universitário (DENTZ; SATO; VALLE, 2019, p. 24).

Enfatiza-se o aspecto positivo da implementação das políticas de ações afirmativas que permitiram a abertura da democratização à educação superior, possibilitando o acesso por parte de pessoas de diferentes raças e etnias, contribuindo para o aumento da representatividade dos diferentes às vagas de nível superior.

O Enade também traz elementos sobre a ocupação dos estudantes. Os Enades de 2005 e 2008 não apresentam dados relativos à região nordeste, o que veio a acontecer a partir do Enade 2011. Na análise desse item, optamos por não apresentar as tabelas correspondentes aos resultados dos Enades 2005, 2008, 2011 e 2014, mas apenas o de 2017 porque este apresenta um aspecto importante quanto à importância das políticas de ações afirmativas para os estudantes permanecerem nos cursos de graduação e galgarem condições de formação; observando que a nota média foi maior entre os estudantes que não tinham renda, mas tinham suas despesas financiadas por programa governamental.

Nos Enades de 2005 e 2008, a maioria dos concluintes se identifica como trabalhadores. No de 2005, a nota média maior dos concluintes de Licenciatura em História da UFRPE (49,8) foi dos que trabalharam ou trabalhavam mais de 20 e menos de 40 horas semanais. No Enade 2008 consta que a maioria dos concluintes (54,8%) trabalhou em tempo integral (40h semanais).

Em seus resultados anuncia uma nota média maior (65,4) dentre os estudantes que trabalharam ou trabalhavam até 20 horas semanais. Esses números apontam que a maioria dos estudantes do curso de Licenciatura em História são estudantes trabalhadores que necessitam conciliar os seus tempos entre o processo de formação e o do trabalho. Essas informações são importantes porque aponta que uma carga horária extensa de trabalho prejudica o desenvolvimento no processo de formação acadêmica haja vista a ausência de tempo para dedicação aos estudos e a participação nos processos de formação favorecidos por meio da pesquisa e da extensão que, junto ao ensino, devem formar uma tríade indissociáveis na perspectiva da contribuição da produção universitária, o que inclui, conforme Moita e Andrade (2005), o papel solidário, social e cultural para com a sociedade.

Neste sentido, políticas que possam favorecer a permanência dos estudantes universitários de situação econômica desfavorável são importantes para o sucesso do desempenho acadêmico, a participação efetiva e a continuidade no processo de formação.

No Enade 2011 é inserida para resposta, no item ocupação, a categoria da dependência da família para financiamento dos gastos. O resultado desta categoria revela que 38,9% dos estudantes respondentes afirmam ter renda, mas necessitam receber ajuda da família, ou de outras pessoas para financiar seus gastos. Outro aspecto que chama à atenção é o percentual de 27,8% dos estudantes trabalhadores como os principais responsáveis, ou que contribuem para o sustento de suas famílias. Esse fato confirma a constatação de Locatelli e Diniz-Pereira (2019, p. 225) de as graduações de licenciaturas serem compostas por “um perfil de estudante trabalhador, com renda familiar baixa, egresso de escola pública e que, em sua maioria, afirma ter escolhido o magistério pela vocação ou pela importância da profissão.”

Em 2014, como acima posto, o Enade traz informações referentes à região nordeste do Brasil. Quando analisamos, na classificação ocupação, o item relativo à renda dos estudantes observamos quanto a nota média maior, Nordeste - 41,9 e Brasil -43,7, de que há um quantitativo expressivo de estudantes que não possui renda e necessita ter seus gastos financiados por programas do governo. A realidade dos estudantes da Licenciatura em História em relação a essa dimensão ocupação na UFRPE identifica que havia um percentual maior de concluintes (25,6%) que não possuía renda e seus gastos eram financiados por outros ou pela família. Os dados também apontam um percentual considerado de estudantes (23,7%) que mesmo tendo renda, necessita do auxílio da família para se manter no seu processo de escolarização, além dos que têm renda (34%) e são o suporte ou principal responsável pelo sustento da família. A realidade apontada, por meio dos números, salienta a importância de políticas de ações afirmativas no sentido da garantia do direito à permanência nos processos de formação escolar tanto na educação básica quanto no ensino superior, porque muitos estudantes abandonam os seus processos de escolarização e de formação profissional pela necessidade da sua sobrevivência e de sua família.

A pesquisa de Ristoff (2016, p. 52) enfatiza que os dados do Enade, desde sua primeira edição, apontam que a maioria dos estudantes da educação superior brasileira trabalha, quer em tempo parcial ou integral, evidenciando “que o estudante-trabalhador está mais fortemente presente nos cursos de licenciatura e de baixa demanda”. Por isso, a importância dos cursos

noturnos no sentido de garantir o acesso, a permanência e principalmente o direito ao processo de formação profissional.

Entretanto, conforme Dentz; Sato e Valle (2019), é insuficiente o número de cursos noturnos, expondo que há uma morosidade do poder público e das IES com a criação de cursos no turno noturno, o que poderia permitir o aumento do ingresso de estudantes que trabalham no período diurno. Ainda apontam os autores a insignificante ampliação de vagas nas graduações mais procuradas e a necessidade de ampliar os programas de permanência.

O Enade 2017 também apresenta os mesmos itens de perguntas dos Enades 2011 e 2014. A continuidade desses quesitos permite ter elementos para a análise da realidade dos estudantes do curso de Licenciatura em História em relação a sua ocupação e de que forma se mantêm no curso. Essa informação possibilita se pensar em políticas públicas de inclusão e de permanência dos estudantes nos cursos de graduação.

**Tabela 4** - Médias dos Concluintes de Licenciatura em História de acordo com a ocupação no questionário do estudante do ENADE 2017

ENADE2017						
Classificação / OCUPAÇÃO	UFRPE	%	Região NE	%	Brasil	%
Não tenho renda e meus gastos são financiados por programas governamental	65,3	1,9	42,3	12,4	45	8,1
Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas	53,7	26,9	41,9	32,8	44,2	26,8
Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos	54,2	32,7	43,5	23	45,5	23,4
Tenho renda e não preciso de ajuda para financiar meus gastos.	34,4	3,8	40,7	6,9	43	9,4
Tenho renda e contribuo com o sustento da família.	49,1	23,1	39	17,1	41,3	20,6
Sou o principal responsável pelo sustento da família.	49,6	11,5	39,5	7,8	41,9	11,6

Fonte: Relatório de curso do ENADE 2017. INEP/DAES (2018). Elaborado pela autora

A tabela 4, do Enade 2017, apresenta uma inversão em relação ao Enade 2014 no quesito da ocupação. Em 2017 foi visto que a nota média (65,3) do concluinte de Licenciatura em História foi maior entre os estudantes que não tinham renda, mas tinham suas despesas financiadas por programa governamental.

Neste sentido, torna-se necessário uma distinção entre o estudante que trabalha, mas não vive exclusivamente dos rendimentos de seu trabalho, e aquele cuja renda proveniente do seu trabalho é para o seu sustento e de sua família. Esses enfrentam maiores dificuldades para concluir seus estudos por ter que lidar com o próprio sustento e o da família.

Outro item importante para análise é o da escolaridade das mães dos concluintes. As respostas ao questionário do estudante dos ENADES 2005, 2008 e 2011 são relevantes porque trazem questionamentos que vão além dos números apresentados. Ou seja, nos fazem refletir sobre a importância da escolaridade dos pais como essencial no processo de escolaridade dos filhos; ou o porquê da necessidade de muitos estudantes serem os responsáveis pelo sustento da família; ou ainda que esses estudantes muitas vezes são os primeiros a terem acesso à universidade.

**Tabela 5** – Escolaridade da mãe dos concluintes de Licenciatura em História nos ENADES 2005, 2008 e 2011

ENADE	2005		2008		2011	
	Médias	% <sup>9</sup>	Médias	%	Médias	%
Classificação ESCOLARIDADE MÃE						
Nenhuma escolaridade	60,5	-	39,4	6,5	26,9	3,7
Ensino fundamental: do 1º ao 5º ano (antiga 1ª a 4ª série)	50,4	-	49,8	29	21,3	25,9
Ensino fundamental: do 6º ao 9º ano (antiga 5ª a 8ª série)	42,1	-	42,7	6,5	22,7	13
Ensino médio	45,2	-	49	41,9	17,3	42,6
Ensino superior	44,5	-	34,8	12,9	2,5	3,7
Pós-graduação	-	-	-	-	16,6	11,1

Fonte: Relatório de curso do ENADE 2005, 2008 e 2011. INEP/DAES (2018). Elaborado pela autora.

Como se observa na tabela 5, o Enade de 2005 apresenta por meio da média 60,5 que há um quantitativo expressivo de mães de estudantes sem nenhuma escolaridade. Essa realidade começa a ser alterada a partir da edição de 2008 quando se identifica que 41,9% das mães dos estudantes concluintes já têm o ensino médio e 12,9% o ensino superior. Esses dados também são representados nos resultados do Enade de 2011, quando visualizamos que 42,6% das mães têm a escolaridade do ensino médio e 29% o ensino fundamental, o ensino superior de 3,7% e 11,1% de estudantes com mães com pós-graduação, variável que não foi mencionada nos resultados das edições anteriores. Entretanto, constatamos ainda um percentual de 3,7% de estudantes concluintes cujas mães não têm nenhuma escolaridade.

Este cenário traz à tona o debate em torno das políticas públicas para erradicação do analfabetismo no Brasil. Alencar (2018), considerando informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Censo escolar 2016 (INEP/2017), aponta que “são 11,8 milhões de analfabetos no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 7,2%. Desse contingente, 14,8% estão no Nordeste e 3,6% no Sul do país”. Acrescenta em seu texto dados que preocupam a descontinuidade da escolarização e a materialização do direito à educação, conforme se estabelece na Constituição Federal do Brasil no que diz respeito “ao percentual de 51% da população adulta, com idade de 25 anos ou mais, ter concluído apenas o ensino

<sup>9</sup> Os dados do percentual de 2005 não aparecem, porque não constam no relatório de curso de Licenciatura em História do Enade de 2005.

fundamental” (ALENCAR, 2018, p. 26). Esses percentuais ilustram o quantitativo de pessoas em situação de analfabetismo e de pouca escolarização visualizando a dívida ainda existente no Brasil com os que ficam à margem da sociedade, considerando que a educação é representada como passaporte a uma vida mais digna.

Neste sentido, observa-se a omissão do poder público em garantir a consolidação da educação básica, prejudicando o acesso ao nível superior. Esta situação de descaso “[...] gerou um alto índice de analfabetismo no Brasil, na distorção idade-série, na evasão escolar e no não acesso de jovens, adolescentes e adultos nas etapas da educação básica com maior foco no ensino médio e, em consequência, no ensino superior” (ALENCAR, 2018, p. 106).

No ENADE 2014 há uma alteração da realidade dos dados da escolaridade da mãe dos concluintes de Licenciatura em História. Demonstra-se que houve uma progressão quanto ao nível de escolarização.

**Tabela 6** – Escolaridade da mãe dos concluintes de Licenciatura em História no ENADE 2014

ENADE 2014						
Classificação ESCOLARIDADE MÃE	Médias UFRPE	%	Médias Região NE	%	Médias Brasil	%
Nenhuma escolaridade	41	10,3	34,1	15	34,6	11,7
Ensino fundamental: do 1º ao 5º ano (antiga 1ª a 4ª série)	40,5	30,8	36,8	38,8	38	38,1
Ensino fundamental: do 6º ao 9º ano (antiga 5ª a 8ª série)	46	14,1	40,5	14,2	41,4	15,2
Ensino médio	53,6	30,1	41,1	21,5	43,2	23,2
Ensino superior	48,2	7,7	42,7	6,9	45,5	7,5
Pós-graduação	44	7,1	42,3	3,5	45,4	4,2

Fonte: Relatório de curso do ENADE2014. INEP/DAES (2018). Elaborado pela autora.

Os dados apontam o crescimento no nível de escolarização em relação ao ensino superior das mães dos estudantes concluintes dos cursos de História da UFRPE (48,2), os do Nordeste (42,7) e do Brasil (45,5), embora ainda constatem mães com nenhum nível de escolarização. Observamos que o aumento no nível de escolarização das mães interferiu nos resultados positivos de seus filhos em relação ao resultado do desempenho apontado no Enade. Percebe-se que os filhos de mães que têm uma melhor escolarização apresentam médias maiores. Essas informações nos intrigam e trazem questionamentos. Houve uma maior procura das mães em iniciar seu processo de escolarização ou dar continuidade aos estudos? Quais fatores podem ter levado a esta mudança: exigências para inserção no mundo do trabalho? Influência dos filhos? Oportunidades propiciadas pelas políticas de ação afirmativa?

O cenário acima traz elementos para reflexão, indicando que as informações obtidas podem estar vinculadas a expansão do ensino superior e da pós-graduação no Brasil, além da implantação de políticas de inclusão nas instituições privadas com o Programa Universidade

Para Todos (Prouni), o Financiamento Estudantil do Ensino Superior (FIES) e a política de cotas<sup>10</sup>; além dos programas de assistência estudantil, visando a permanência nas universidades públicas.

Em relação à escolaridade do pai dos concluintes, apresentamos as médias das respostas ao questionário dos estudantes dos Enades 2005, 2008 e 2011. Neste item não apresentaremos a tabela porque ocorreu o mesmo crescimento quanto ao processo de escolarização das mães. No de 2014, a nota média (53,8) dos concluintes foi maior entre os estudantes da Licenciatura em História (UFRPE) cujo pai apresentava pós-graduação, o mesmo ocorrendo com os resultados destacados para o Brasil (48,2). No Nordeste, a nota média (44,1) foi maior entre os que possuíam pais com ensino superior. No Enade de 2017, os dados apresentam outra realidade: há um retrocesso, podemos assim dizer, considerando que a nota média maior foi dos estudantes concluintes da Licenciatura em História da UFRPE (66,1) cujo pai possuía ensino fundamental (6º ao 9º); diferentemente do que ocorre no Nordeste (46,5) e no Brasil (50), a nota média foi maior entre os estudantes cujo pai possuía pós-graduação.

Ristoff (2016, p. 46) chama a atenção para o fato de o Enade apresentar, por meio de seu questionário socioeconômico, que está havendo uma queda, ao longo dos anos, da escolaridade dos pais dos estudantes de graduação, porque se constata “que, em média, diminuiu na educação superior o número de estudantes que são filhos de pais com educação superior” Para este autor, em geral, o nível de escolaridade do pai é semelhante, ou próximo ao da mãe. Essa realidade é alterada quando se trata de estudantes de cursos de maior representação socioeconômico-cultural como os de medicina, engenharia, arquitetura, ciências econômicas entre outros. Para esse autor,

Não surpreende que esses cursos estejam, na sua quase totalidade, entre os com maiores percentuais de estudantes brancos, ricos e com origem na escola privada, mostrando a forte correlação existente entre cor, origem escolar, renda familiar e nível de escolaridade dos pais (RISTOFF, 2016, p.48).

Outro dado que se soma a importância das políticas públicas de inclusão diz respeito à entrada no ensino superior pela cota da escola pública. A análise dos resultados, quanto ao tipo de ingresso na formação básica dos concluintes de Licenciatura em História nos Enades de 2005 a 2017, apresenta que a nota média (51,9) dos concluintes no Enade 2005 e em 2008 (50,5) foi maior entre os que obtiveram a maior parte da formação básica em escola pública. Em 2011, a nota média maior (24,9) foi dos concluintes que estudaram metade em escola pública e metade em escola privada.

Para Ristoff (2016, p.37), a escola pública e gratuita representa um caminho para a busca da paridade entre as oportunidades de estudantes advindos de grupos sociais de baixa renda familiar “pretos, pardos, indígenas, filhos de pais sem escolaridade e da classe trabalhadora em geral, estudarem e pleitearem o acesso à educação superior”. Mas, como já destacado, a maioria dos estudantes necessita trabalhar para manter a sua sobrevivência ou mesmo ajudar no sustento de suas famílias. Neste sentido, políticas de ações afirmativas, como as assistências estudantis, são de suma importância para a permanência no ensino superior. Entretanto, observamos que mesmo com as políticas de inclusão, proporcionando oportunidade para os jovens, essas têm uma eficácia parcial que se deve “não só ao fato de que há ainda uma grande distância a percorrer até

<sup>10</sup> Instituída por meio da Lei 12.711/2012, estabelece cotas de teor econômico, social e racial a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas, conforme Art. 1º e 3º.

atingirmos a paridade das matrículas de origem pública na educação superior, mas principalmente à constatação de que tendem a esconder distorções importantes da vida universitária (RISTOF, 2016, p. 37).

A seguir será observado o quesito da renda familiar. Para o estudo desta categoria/dimensão apresentamos apenas a tabela referente ao Enade 2017. Os resultados relativos aos Enades de 2005 a 2014 faremos as observações sem a apresentação das respectivas tabelas.

**Tabela 7** - Classificação da faixa de renda familiar dos concluintes de Licenciatura em História no ENADE 2017

ENADE 2017						
Médias dos Concluintes						
Classificação FAIXA DE RENDA FAMILIAR	UFRPE	%	Região NE	%	Brasil	%
Até 1,5 salário-mínimo (até R\$ 1.405,50).	44,4	26,9	40,1	49,8	40,5	31
De 1,5 a 3 salários-mínimos (R\$ 1.405,51 a R\$ 2.811,00).	53,6	36,5	42,1	30,2	43	31,7
De 3 a 4,5 salários-mínimos (R\$ 2.811,01 a R\$ 4.216,50).	53,3	13,5	43,3	11,4	44,6	18,6
De 4,5 até 6 salários-mínimos (R\$ 4.216,51 a R\$ 5.622,00).	60,9	11,5	45,2	4,3	46,8	8,4
De 6 até 10 salários-mínimos (R\$ 5.622,01 a R\$ 9.370,00).	60,3	7,7	45,4	2,9	48,7	7
De 10 até 30 salários-mínimos (R\$ 9.370,01 a R\$ 28.110,00)	38	3,8	47,2	1,2	54	3
Acima de 30 salários-mínimos (mais de R\$ 28.110,00)	-	0	44,2	0,1	54,4	0,3

Fonte: Relatório de curso do ENADE 2017. INEP/DAES (2018). Elaborado pela autora.

No Enade 2005, a categoria ‘faixa de renda familiar’ apresentou uma nota média maior (56,5) para os concluintes que moravam com pessoas que possuíam uma faixa de renda de 10 a 20 salários-mínimos. Essa dimensão no Relatório não indica o percentual do quantitativo de estudantes porque não está disponível nos relatórios de curso no site do INEP.

O resultado dos Enades 2005 e 2008 mostra que a maioria dos concluintes, 41, 9%, possui uma renda familiar menor. Essa realidade explica os resultados acima analisados, ou dependem do trabalho para seu próprio sustento, ou da família, ou do auxílio por meio das políticas de ações afirmativas para a permanência nas IES. Quanto a faixa de renda familiar do concluinte do Enade 2011, os resultados apontam ter havido uma melhora nas condições econômicas das famílias dos estudantes concluintes, considerando que 14,8 % se classificam na faixa de renda familiar de até 1,5 meio salário-mínimo e 33,3% até 3 salários-mínimos.

Entretanto, a representação quanto à maior nota média (42,6) dos concluintes de Licenciatura em História da UFRPE, que representam 1,9% dos estudantes, foi obtida pelos

concluintes que possuíam uma faixa de renda familiar acima de 10 até 30 salários-mínimos. Nos Enades 2014 e 2017, as notas médias dos estudantes de História da UFRPE estão entre os concluintes que possuíam uma renda familiar de 4,5 a 6 salários-mínimos. Esses representam no Enade 2014 um percentual de 11,5%, com nota média de 54. Explica-se que a maioria (30,1%-Enade 2014) de concluintes da UFRPE possuía até 1,5 salários-mínimos e no de 2017, 26,9%, com um quantitativo maior de estudantes na faixa de renda familiar de 1,5 a 3salários-mínimos, correspondendo a 36,5 %.

Para Ristoff (2016), os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registram que metade da população brasileira tem renda familiar de até três salários-mínimos. A análise realizada por Ristoff dos dados do Questionário Socioeconômico do Enade (QSE) sobre a renda familiar do estudante de graduação revela que a realidade é muito diferente, nas IES públicas e privadas.

[...] o campus brasileiro [...], tem cerca da metade de seus estudantes oriunda desta faixa de renda mais baixa, indicando de pronto que os estudantes do ensino superior brasileiro, não obstante o agressivo processo de inclusão de grupos historicamente excluídos, são em média significativamente mais ricos ou menos pobres do que a população brasileira (RISTOFF, 2016, p.32).

Abreu e Ximenes (2020) pontuam que a conclusão do nível superior se vincula a ascensão social revelando a importância da permanência dos estudantes menos favorecidos economicamente nas universidades. Com o aumento na renda dos egressos, entende-se por que o Brasil é visto como “um dos países onde a diferença salarial entre os profissionais graduados e os demais trabalhadores é mais significativa” (ABREU E XIMENES, 2020, p. 19).

Em síntese, ao levantar o perfil dos concluintes da Licenciatura em História (UFRPE), observa-se que são, em sua maioria, estudantes trabalhadores; possuem baixa renda familiar; têm pais com menor nível de escolaridade, mas que vêm alcançando maiores níveis de ensino; são estudantes oriundos de escola pública e que apresentam os menores percentuais de estudantes brancos.

Nota-se que, aos poucos, as políticas de ações afirmativas mostram seus efeitos reduzindo a distância entre os percentuais da sociedade e do campus universitário. Em geral, o campus universitário brasileiro torna-se menos branco; já há uma representação de estudantes pretos; um maior quantitativo de pardos e de pessoas de baixa renda que conseguem frequentar a universidade, mas que necessitam das políticas de ações afirmativas para a permanência de forma a galgar a conclusão e sucesso em seus processos de formação. Outras observações dizem respeito à identificação de que a cada edição do Enade cresce o número de estudantes de escola pública na educação superior e a de que o aumento das matrículas em cursos noturnos nas IFS favorece aos alunos trabalhadores. Todavia, conforme, expressa Ristoff (2016, p. 31).

Mesmo assim, a análise nos permite constatar a persistência da maior desigualdade socioeconômica no campus comparada à já desigual sociedade; em média, o campus continua sendo 17% mais branco do que a sociedade brasileira; os pardos permanecem com percentuais muito distantes de sua representação na população [...] o ensino privado e pago continua sendo largamente majoritário na educação superior, aumentando as dificuldades de acesso às pessoas de baixa renda.

Por intermédio dos resultados socializados e os estudos nas tabelas dos Enades, observa-se o êxito gradativo das políticas de ações afirmativas nas universidades e o quanto podem incentivar a democratização do acesso ao ensino superior pelos menos favorecidos e o aumento significativo das matrículas desses segmentos nas IES públicas com a implantação e implementação da Lei de cotas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornando ao objetivo deste texto, o de apresentar o perfil socioeconômico dos estudantes concluintes do curso de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco tendo como base os resultados das edições dos Enades de 2005 a 2017, evidenciamos o quão importante é a promoção de práticas voltadas para o fortalecimento da integração na vida acadêmica através de ações que garantam a permanência e a conclusão do curso. Políticas de ações afirmativas dentre elas a de cotas, de bolsas e de assistência estudantil são necessárias e urgentes ao contexto socioeconômico dos estudantes. São direitos que constituem a luta pelo acesso e a permanência no processo de formação, possibilitando e garantindo o desenvolvimento, com possibilidade de sucesso, dos estudos.

Ao longo deste trabalho, compreendemos que a implementação da política de cotas tem papel fundamental na vida dos estudantes aos quais ela se destina de forma positiva e gradual. Vale considerar que mais alunos têm ingressado no ensino superior e tem alcançado o término de seus cursos de graduação mesmo que encontrem dificuldades na trajetória de seus estudos.

Reconhece-se que as análises sobre as dimensões/categorias do questionário do estudante aqui estudadas podem instigar outros pesquisadores, pois apontam a importância deste estudo em outras áreas de pesquisa de forma a apreender as informações que estão além dos dados, aprofundando-as em sua relação com a efetivação das políticas de ações afirmativas. Consideramos ainda que uma das contribuições desta pesquisa consista em tornar visível alguns dos aspectos sociais e econômicos implicados para a permanência do grupo de concluintes investigados.

Quanto às dificuldades de permanência, percebe-se que, independentemente dos índices de matrícula ou de conclusão de curso, as vulnerabilidades sociais e financeiras caracterizam obstáculos a serem considerados para uma educação de qualidade, prioridade dos sistemas de ensino. A vulnerabilidade socioeconômica, segundo Cordeiro (2013, p. 34) acentua “as discriminações sofridas no espaço acadêmico, principalmente na sala de aula e nas relações que envolvem o processo de ensino e aprendizagem”. Essa constatação trazida por Cordeiro (2013) se confirma nos resultados dos Enades quando trazem o nível socioeconômico familiar e de escolaridade dos pais como variáveis que influenciam o desempenho acadêmico dos estudantes. Outros fatores como o da necessidade de trabalhar por mais de 20 horas prejudica a participação dos estudantes em atividades de pesquisa e de extensão desfavorecendo um processo de formação acadêmico e profissional com maior qualidade.

Considera-se que este estudo pode servir de referência em termos gerais para aqueles que tenham interesse pela temática abordada, e ainda para, a partir do olhar sobre os resultados dos Enades, as universidades, na tentativa de estimular o desenvolvimento de políticas educacionais efetivas, possa estudá-los no sentido de colaborar para o atendimento das necessidades e

especificidades socioculturais dos estudantes, atendendo aos objetivos de formação das ações institucionais.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia Kelma de Alencar., XIMENES, Verônica Moraes. Permanência de Estudantes Pobres nas Universidades Públicas Brasileiras: uma revisão sistemática. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 50, 1º sem. de 2020, pp. 18-29. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752020000100003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752020000100003). Acesso em 09 de mar. 2021.
- AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Educação do Campo. Caminhos, perspectivas e desafios. **Revista Educatrix**, n. 14, ano 8, Editora Moderna, 2018. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0028993271854ed19658d>. Acesso em 03 de abr. 2020.
- ARAGÃO, J. E. de O. S.; BERTAGNA, R. H. Políticas Públicas de Avaliação do Ensino Superior: Tateando um conceito de qualidade da educação. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 4, n.7, p. 237-248, ago./dez. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em 07 de mar. 2021.
- CABRAL, Ana Claudia *et al.* Análise sobre o desempenho de participantes do ENADE assistidos por ações afirmativas nas Universidades Públicas do Brasil. **Revista Espacios**, n.10, v. 38, Ano 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n10/a17v38n10p06.pdf>. Acesso em 07 de mar. 2021.
- CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. Um balanço das cotas para negros e indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: da criação das leis aos dias atuais. In: SANTOS, J. T. (org.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: CEAO, 2013. 280 p. Disponível em: [http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao\\_livro\\_2013\\_JTSantos.pdf](http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao_livro_2013_JTSantos.pdf) Acesso em 07 de mar. 2021.
- DENTZ, Schirlei; SATO, Silvana; VALLE, Ione. As Ações Afirmativas na Base da Democratização da Educação Superior Brasileira: Irradiações da Reforma Universitária de Córdoba. **Revista Internacional de Ensino Superior**, v. 5, fev., p. 1-28, Campinas, SP, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Desktop/8653659-Texto%20do%20artigo-48388-3-10-20190307.pdf>. Acesso em 02 abr. 2020.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao Sinaes. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, nº 1, p.195-224, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2019.
- FELDMAN, T.; SOUZA, O. de; HEINZLE, M.R.S. As posições-sujeitos (Estado e gestores) diante das avaliações em larga escala no Ensino Superior brasileiro. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 3, p. 1-16, set./dez. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pe-squisa-social.pdf>. Acesso em 04 jun. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório de curso (2005)**. Disponível em: [file:///C:/Users/PC/Desktop/002405872611606%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/PC/Desktop/002405872611606%20(1).pdf). Acesso em: 24 maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório de curso (2008)**. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Desktop/002405872611606.pdf>. Acesso em: 24 maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório de curso (2011)**. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Desktop/2402005872611606.pdf>. Acesso em: 24 maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório de curso (2014)**. Disponível em: [file:///C:/Users/PC/Desktop/2402005872611606%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/PC/Desktop/2402005872611606%20(1).pdf). Acesso em: 24 maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório de curso (2017)**. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Desktop/ENADE/Microdados%20Enade/Relat%C3%B3rio%20de%20curso%202017.pdf>. Acesso em: 02 de abr. 2019.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: o caso do estágio de docência na pós-graduação. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa v. 8, n. 2, p. 77-92 jul./dez. Acesso em: 04 julho de 2019 Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1441>. Acesso em 18set.2021.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Bagaço, 2005.

PEREIRA, Joaquim Israel Ribas, BITTENCOURT, Mauricio, BRAGA, Bernardo. Affirmative action in higher education: Impacts of the national exam in Brazil. In: **55th Congress of the European Regional Science Association: World Renaissance: Changing roles for people and places**. [S.l.: s.n.], 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 1999

RISTOFF, Dilvo. **Democratização do Campus: impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação**. Cadernos do Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil (GEA) n.9, jan.-jun. 2016. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA, UERJ, LPP, 2016. Disponível em: [http://flacso.org.br/files/2017/03/Caderno\\_GEA\\_N9\\_Democratiza%C3%A7%C3%A3o-do-campus.pdf](http://flacso.org.br/files/2017/03/Caderno_GEA_N9_Democratiza%C3%A7%C3%A3o-do-campus.pdf). Acesso em 03 abr. 2020

SANTOS, Josélio Teles, QUEIROZ, Desceles Mascarenhas. O impacto das cotas na Universidade Federal da Bahia (2004-2012). In: SANTOS, J. T. (org.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: CEAQ, 2013. 280p. Disponível em:

[http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao\\_livro\\_2013\\_JTSantos.pdf](http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao_livro_2013_JTSantos.pdf) Acesso em: 13 de mar. 2021.

SANTOS, Josélio Teles. **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**.

Salvador: CEAO, 2013. 280 p. Disponível em:

[http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao\\_livro\\_2013\\_JTSantos.pdf](http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao_livro_2013_JTSantos.pdf) Acesso em: 07 de mar. 2021.

SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso, SILVEIRA, Marta Iris Camargo Messias., MESSIAS, Andressa. Rodrigues. Monitoramento, permanência e promoção da diversidade: as ações afirmativas em risco na Universidade Federal de Santa Maria. In: SANTOS, J. T. (org.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: CEAO, 2013. 280p. Disponível em:

[http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao\\_livro\\_2013\\_JTSantos.pdf](http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao_livro_2013_JTSantos.pdf) Acesso em: 13 de mar. 2021.

WAINER, Jacques., MELGUIZO, Tatiana. Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e162807, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022018000100305&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022018000100305&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 10 de mar. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Bookman, 2.ed. Porto Alegre, 2001.

Disponível em: [https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia\\_da\\_pesquisa\\_estudo\\_de\\_caso\\_yin.pdf](https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf). Acesso em: 30 mar. 2019.